



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681039 - SP (2021/0224273-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : FABIOLA LARISSA OLIVEIRA CARDOSO
ADVOGADO : FABIOLA LARISSA OLIVEIRA CARDOSO - SP431855
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CRISTIAN FELIX DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CRISTIAN FELIX DE SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2160366-47.2021.8.26.0000).

O paciente foi condenado como "incurso nas sanções do art. 157, caput do Código Penal, às penas de quatro anos de reclusão em regime inicial fechado" (fl. 12).

A impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal em razão da aplicação de regime mais gravoso apesar das condições favoráveis presentes no art. 59 do CP.

Requer, liminarmente e no mérito, a pela concessão da ordem para readequação do regime inicial.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar habeas corpus, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ,

indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente